

Glossário livro Teoria de Currículo, Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, Ed Cortez.

1. **Accountable / accountability** – o termo em inglês não tem uma tradução precisa em português, mas tem sido usualmente compreendido como responsabilização ou prestação de contas. No âmbito das políticas educacionais das duas últimas décadas, seu uso vem sendo intensificado, tanto na perspectiva de que as instituições precisam expressar um retorno social dos investimentos que nelas são feitos quanto no sentido de controle das instituições educacionais, do trabalho docente e dos resultados dos alunos. Assim, pode assumir conotações distintas, mais ou menos sintonizadas com perspectivas de eficiência e controle social.
2. **Agências multilaterais** - organizações com representantes de vários países que produzem diagnósticos em diferentes áreas, voltadas a perspectivas de desenvolvimento econômico-social, bem como financiam projetos e fornecem apoio técnico às nações que as integram. Usualmente são priorizadas nações que apresentam dificuldades financeiras para o desenvolvimento dos projetos entendidos internacionalmente como prioritários ao modelo de desenvolvimento pretendido. São exemplos de instituições multilaterais: o Fundo Monetário Nacional (FMI) e o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD), criados em 1944, na Conferência de Bretton Woods (EUA), visando a sustentar a ordem econômica mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal instituição de financiamento multilateral da América Latina. O poder decisório de cada Estado nas agências é proporcional à contribuição econômica dos mesmos nessas instituições. No FMI, por exemplo, os Estados Unidos detêm 17,8% dos votos, a Alemanha e o Japão, 5,6% cada, a França e a Grã-Bretanha, 5% cada.
3. **Aprendizagem significativa** – expressão consagrada por Ausubel por ser um conceito central em sua teoria da aprendizagem. Segundo Ausubel, todo conhecimento novo, para ser aprendido, precisa se relacionar com um conhecimento prévio (subsunçor) que o aprendiz já possui, de maneira a se ancorar em sua estrutura prévia. A aprendizagem significativa, portanto, se desenvolve quando há esse processo de ancoragem de conhecimentos novos na estrutura cognitiva pré-existente do aprendiz.

4. Caixa preta –

“Houve um tempo em que, especialmente em estudos sobre o cotidiano escolar desenvolvidos nos Estados Unidos, falava-se do cotidiano escolar como sendo uma ‘caixa preta’. Esta metáfora foi, talvez, tomada de empréstimo à ‘caixa preta’ do ensino de ciências, um instrumento ‘inventado’ para estimular em alunos a criação de idéias, através de perguntas que os levavam a ‘imaginar’ o que haveria dentro de uma caixa fechada, na qual o professor colocara certos objetos que faziam barulho, tinham um certo peso, se moviam de alguma forma etc. Nesse sentido, interessava menos a relação com a realidade do que estava lá dentro com aquilo que o aluno inventava, e mais o que era ‘inventado’ pelo aluno, como possibilidades criativas e inventivas.

Essa idéia deve ter surgido, ainda, da metáfora da ‘caixa preta’ da mecânica e da tecnologia lógica. Tem a ver, também, com o momento em que a chamada “teoria de sistemas” aparece e ganha hegemonia, sob a influência marcante das origens da administração (escolar e educacional, entre tantas), o que indica a decisiva importância de ‘reformas’ originadas da cúpula do sistema educativo

para mudanças nos processos educativos de escolas, sem que o que se passava lá dentro importasse muito, e só sendo “verificado” e verificável a partir dos resultados de saída dos alunos. Do ponto de vista oficial, podemos afirmar que essa idéia continua mais hegemônica no mundo inteiro, hoje. A aplicação das provas de final de ciclos e cursos, como se faz em nosso país e tantos outros, nos fornece essa confirmação.

O uso dessa ‘metáfora’, e a sua operacionalidade como forma de entendimento do cotidiano, tentava nos indicar a impossibilidade de se saber o que de fato se passa dentro da escola, sustentando, paralelamente, a idéia de que certas aproximações possíveis não poderiam contar, senão, com a inventividade dos que ao seu estudo se dedicassem. Para além da impossibilidade de ser entendido, o cotidiano, como “caixa preta”, foi considerado como negligenciável. Ou seja, não importando o que se passa no interior da ‘caixa preta’, a intervenção no sistema deve se dar sobre os planos de entrada (*inputs*), a partir de uma realimentação com dados obtidos na finalização do processo anterior (*feedback*), possível através da avaliação dos indicativos fornecidos pelos resultados de saída (*outputs*).

Tem-se, assim, um “ideal de escola” ou uma “escola ideal” planejada do alto (e de fora), e compreendida como *locus* de aplicação desses planos. Envia-se lá para dentro recursos – humanos e materiais – e verifica-se o trabalho lá dentro desenvolvido através de provas gerais (nacionais), cujos resultados nos dão conhecimento do que lá se passou em certo período. Muitas vezes, em caso de *outputs* indesejáveis como o fracasso escolar, os responsáveis pelos planos e pelos recursos podiam – e ainda o fazem hoje – acusar a ‘caixa preta’ de mau funcionamento, responsabilizando professores e alunos por falhas na aplicação dos referidos recursos.

O uso das teorias sistêmicas para a interpretação do cotidiano seguia, nesse sentido, toda uma tendência de redução do real a suas variáveis controláveis do exterior. Hoje, temos condição de perceber que essas noções encontravam espaços nos estudos do cotidiano, em especial, por que se entendia/entende, hegemonicamente, o ‘mundo da escola’ como um mundo separado do mundo real, dependendo daquilo que, muitas vezes de forma virtual, as autoridades colocam lá dentro¹, sem nunca perceber as múltiplas relações que seus sujeitos mantêm com o seu exterior”. (Alves, Nilda e Oliveira, Inês B. Uma história da contribuição dos estudos do cotidiano escolar ao campo do currículo. In: Lopes, Alice Casimiro & Macedo, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**, São Paulo, Cortez, 2002, p. 79-81)

5. **Campo** - Não é um espaço geográfico definido ou um grupo de pessoas. Campo, tal como conceituado por Pierre Bourdieu e utilizado por Basil Bernstein, significa um conjunto de relações de força entre pessoas e instituições em luta por diferentes formas de poder, seja ele econômico, político ou cultural.

“Penso, em primeiro lugar, na noção de ‘campo’, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças. As análises as quais submeti campos tão diferentes como o campo artístico ou o campo religioso, o campo científico ou o campo dos partidos políticos, o campo das classes sociais ou o campo do poder, inspiravam-se na intenção de

¹ Como um computador com possibilidade de acesso à Internet, numa escola que não tem telefone, por exemplo.

estabelecer as leis gerais dos universos sociais funcionando como campos. E também, claro, as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição, de um lado, aos simples agregados amorfos de elementos (indivíduos, instituições, etc.) simplesmente coexistentes e, de outro, aos aparelhos (ou instituições totais), mecanicamente submetidos a uma intenção central.” (Bourdieu, textos escolhidos por Renato Ortiz, ed Ática, 1983, p. 44-45).

6. Capital cultural –

“A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta das desigualdades de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe.” (Bourdieu, P. Escritos de Educação. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998, org Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, p. 73)

“O capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar* ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais.” (Bourdieu, P. Escritos de Educação. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998, org Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, p. 74)

“Na verdade, a relação que os membros das classes populares mantêm com a cultura dominante, literária ou artística, mas também científica, não é tão diferente da que eles mantêm com seu universo de trabalho. Excluídos da propriedade dos instrumentos de produção, eles são também despossuídos dos instrumentos de apropriação simbólica das máquinas a que eles servem, não possuindo o capital cultural incorporado que é a condição da apropriação conforme (ao menos na definição legítima) do capital cultural objetivado nos objetos técnicos.” (Bourdieu, textos escolhidos por Renato Ortiz, ed Ática, 1983, p. 100)

7. Caos (Teoria do) –

“Na linguagem corrente, a palavra ‘caos’ está indefectivelmente ligada à ideia de profunda desordem, aplicando-se tanto a uma disposição espacial quanto a uma situação social perturbada. Na área da física, pelo contrário, ‘caos’ adquiriu um sentido muito preciso. A primeira restrição relativamente ao senso comum é que o substantivo ‘caos’ não se aplica à desordem espacial: só algumas evoluções temporais irregulares (ou erráticas) podem ser qualificadas de caóticas.” (Witkowski, Nicolas. Ciência e Tecnologia Hoje, SP, Ensaio, 1995, p. 275)

Pela teoria do caos “(...) um conhecimento – ainda que extremamente preciso – do passado e do presente só permite uma predição num futuro muito próximo; para além disso, é impossível prever a evolução, apesar do caráter estritamente determinista do sistema: esta imprevisibilidade, que tem origem num sistema determinista, é a verdadeira assinatura do ‘caos determinista’.

A imprevisibilidade, portanto, está ligada ao aumento incessante dos erros, aumento este que é exponencial.” (Witkowski, Nicolas. *Ciência e Tecnologia Hoje*, SP, Ensaio, 1995, p. 276)

(...) “A grande lição que podemos tirar do conceito de caos revela-se na maneira de pensar a complexidade e a natureza do acaso. Durante muito tempo se atribuiu muito naturalmente ‘ao acaso’ um comportamento errático, vinculando-o, portanto, a uma origem complexa e inacessível. Essa maneira de ver é radicalmente questionada, uma vez que certas evoluções erráticas podem provir de sistemas muito simples. Esta outra maneira de ver o ‘acaso’ de certos comportamentos não deixa de ter – como se pode imaginar – certas consequências práticas: quando se identifica a origem simples de determinado comportamento caótico, podemos agir sobre um dos parâmetros do sistema e controlar sua resposta.” (Witkowski, Nicolas. *Ciência e Tecnologia Hoje*, SP, Ensaio, 1995, p. 277)

8. **Capital econômico** – Expressão utilizada para diferenciar de capital cultural ou humano, por exemplo, mas também utilizada apenas pelo termo capital. Refere-se ao fator de produção (máquinas, instalações e matérias-primas), e a potencialidade deste de gerar bens econômicos com a aplicação do trabalho humano. Em diferentes teorias econômicas, a capacidade de acumulação de capital de um sistema econômico é analisada de formas distintas. Ver marxismo.

9. **Cognitivismo, cognitivas (teorias)** – são teorias psicológicas da aprendizagem que investigam o ato de conhecer e de pensar, concebendo a existência de uma estrutura cognitiva do aprendiz que interage com experiências vividas. Ao procurar entender como o aluno aprende, essas teorias consideram o processo de aprendizagem como a possibilidade de mudança dessa estrutura. Nessa perspectiva, se contrapõem ao comportamentalismo, na medida em que não se limitam às relações do indivíduo e aos comportamentos observáveis, mas veem o ato de conhecer como uma relação do indivíduo com o meio. Ver aprendizagem significativa, construtivismo, conhecimentos prévios e interacionismo. Confrontar com comportamentalismo.

10. **Comportamentalismo** – movimento também, denominado behaviourismo, que agrupa as tendências psicológicas do comportamento voltadas a um enfoque observacional e experimental, portanto sem as características introspectivas do cognitivismo que com ele se confronta. O comportamentalismo tem bases empiristas (centralidade no comportamento manifesto, na objetividade e verificabilidade) e pragmáticas (aplicabilidade do conhecimento) e tem como principais autores Thorndike, Skinner e Pavlov.

“É um primeiro princípio da educação utilizar qualquer natureza original do indivíduo como meio de sua mudança para melhor, produzir nele a informação, hábitos, poderes, interesses, e ideais desejáveis.” (Thorndike, apud Pinar, 1996: 91)

11. **Complexidade** - trata-se de uma noção que não se limita a um campo do saber específico, tendo, portanto, muitos sentidos. Embora não signifique a mesma coisa, pode-se dizer que a complexidade dialoga com o pós-modernismo, a teoria do caos, o princípio de indeterminação. Em linhas gerais, trata-se do estudo de sistemas dinâmicos complexos em que: a imprevisibilidade ganha relevo em contraposição à clássica teoria de sistemas marcada pela determinação e pela causalidade; os níveis de organização inferiores são subsumidos em níveis mais altos, produzindo um sistema cada vez mais complexo; e a maior complexidade é auto-organizada com vistas a um melhor funcionamento do sistema. Nos sistemas biológicos, pode-se

exemplificar a complexidade pelo trabalho de H. Atlan. O autor demonstrou que em sistemas complexos, como o imunológico, uma certa quantidade de ruídos (ou distúrbios) leva o sistema a uma auto-organização com vistas à melhoria de sua performance. Algum nível de ruído age sobre o sistema imunológico como uma oportunidade para que ele amplie suas respostas e ganhe mais autonomia. Também no campo da física pode-se falar em sistemas complexos, quais sejam sistemas instáveis que, ao invés de voltarem à condição de equilíbrio cessada a ação de um ruído ou distúrbio, evoluem para a formação de uma estrutura mais complexa. Tal fenômeno foi estudado por I. Prigogine que mostrou que, em sistemas longe do equilíbrio, a matéria adquire novas propriedades. No campo das ciências humanas, Edgar Morin é o principal nome do que ficou conhecido como epistemologia da complexidade. Para ele, a complexidade pode ser definida como:

“ O que é a complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza... Por isso o conhecimento necessita ordenar os fenômenos rechaçando a desordem, afastar o incerto, isto é, selecionar os elementos da ordem e da certeza, precisar, clarificar, distinguir, hierarquizar... Mas tais operações, necessárias à inteligibilidade, correm o risco de provocar a cegueira, se elas eliminam os outros aspectos do *complexus*; e efetivamente, como eu o indiquei, elas nos deixaram cegos.

Ora, a complexidade chegou a nós, nas ciências, pelo mesmo caminho que a tinha expulsado. O próprio desenvolvimento da ciência física, que se consagrava a revelar a Ordem impecável do mundo, seu determinismo absoluto e perpétuo, sua obediência a uma Lei única e sua constituição de uma forma original simples (o átomo) desembocou finalmente na complexidade do real. Descobriu-se no universo físico um princípio hemorrágico de degradação e de desordem (segundo princípio da termodinâmica); depois, no que se supunha ser o lugar da simplicidade física e lógica, descobriu-se a extrema complexidade microfísica; a partícula não é um primeiro tijolo, mas uma fronteira sobre uma complexidade talvez inconcebível; o cosmos não é uma máquina perfeita, mas um processo em vias de desintegração e de organização ao mesmo tempo. Finalmente, viu-se que o caminho não é uma substância, mas um fenômeno de auto-eco-organização extraordinariamente complexo que produz autonomia. Em função disso, é evidente que os fenômenos antropossociais não poderiam responder a princípios de inteligibilidade menos complexos do que estes requeridos desde então para os fenômenos naturais. Precisamos enfrentar a complexidade antropossocial, e não dissolvê-la ou ocultá-la.” (Morin, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre, Sulina, 2006, p.13)

12. **Comunidade epistêmica** - Segundo Haas, as comunidades epistêmicas constituem-se em redes de profissionais com experiência e competência reconhecidas em um domínio específico e que possuem uma autoridade legitimada em uma dada área de conhecimento com a qual as políticas públicas se relacionam. Seus membros possuem um conjunto de crenças causais e noções de validade compartilhadas, baseadas em critérios definidos internamente, para avaliação, projetos políticos comuns e princípios normativos. As comunidades epistêmicas também se caracterizam pelos seguintes aspectos: (a) conjunto de crenças normativas baseada em valores; (b) crenças acerca de relações causa-efeito específicas, derivadas de suas análises de práticas vinculadas à ação política; (c) noções de validade, critérios definidos internamente e de maneira intersubjetiva no domínio de sua especialidade; (d) conjunto de práticas compartilhadas associadas a um conjunto de problemas para os quais a sua competência profissional é dirigida. Fonte: Faria, Carlos Aurélio P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas – um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, vol.18, nº 51, p. 21-29, fev./2003.
13. **Conhecimentos prévios** – no âmbito das teorias cognitivistas, diz-se dos conhecimentos relevantes que compõem a estrutura cognitiva do aprendiz e com os quais os novos conhecimentos a serem aprendidos estabelecem relações, levando à modificação do conhecimento prévio. Na medida em que se busca uma mudança conceitual no aprendiz, a identificação dos conhecimentos prévios é fundamental para o entendimento de como se desenvolverá o entendimento de novos conceitos. Ver aprendizagem significativa.
14. **Construtivismo** – teorias psicológicas da inteligência e da aprendizagem de cunho cognitivista que têm em comum o pressuposto de que o conhecimento se constitui pela interação de estruturas cognitivas do indivíduo com o simbolismo das relações sociais. A ideia de construção do conhecimento, dessa forma, se contrapõe tanto ao inatismo quanto ao comportamentalismo. Nesse sentido mais amplo, agrupam-se teorizações distintas como as de Piaget, Wallon e Vygotsky, as quais variam na forma como entendem essa estrutura cognitiva e na forma como compreendem a mediação da linguagem nas relações simbólicas. Todas têm em comum, entretanto, o fato de conceberem que o sujeito do conhecimento está continuamente reconstruindo suas ações e relações conceituais em função das relações que suas estruturas cognitivas internas estabelecem com as experiências vividas.
15. **Controle social** – teoria do controle social é um termo genérico para teorias curriculares de matriz crítica — remetem tanto a Nova Sociologia da Educação britânica quanto à reconceptualização do campo nos EUA — que focam os efeitos do currículo sobre a vida dos sujeitos e o lugar no currículo na construção da sociedade. Uma das concepções de controle social mais divulgada no Brasil foi a formulada por B. Franklin no estudo da história do currículo americano, utilizada por A.F. Moreira como uma das contribuições para a análise do campo no país. O trabalho de Franklin foi o de buscar identificar os interesses sociais subjacentes às teorias curriculares, tanto em nível político como teórico. O autor destacou e operou com duas formas de operação do controle social, explícita e implícita, que, como o próprio nome sugere, variam em função do uso da coerção no atingimento de seus propósitos.

16. Crise de acumulação do capital - É uma crise de caráter periódico, em função de uma não adequação dos diferentes atos de compra e venda de mercadorias (tangíveis e intangíveis), no espaço e tempo, bem como em função do fato de a produção capitalista ter uma tendência de os capitais disputarem um mesmo mercado, minimizando seus custos e maximizando seus lucros, de modo a provocar, periodicamente, uma superprodução e/ou um subconsumo de mercadorias. No texto nos referimos particularmente a mais recente crise de acumulação do capital, que pode ser denominada como crise do modelo taylorista-fordista de acumulação. Essa crise, situada particularmente nos anos 1970, é interpretada por autores marxistas como decorrente da tendência decrescente da taxa de lucro, capaz de levar a uma redução dos níveis de produtividade do capital; esgotamento do padrão de acumulação associado às formas tayloristas e fordistas de produção (link para taylorismo); ampliação significativa dos capitais financeiros frente aos capitais produtivos; maior concentração de capitais em oligopólios e monopólios. Já para pensadores liberais, esta crise teve como causa a quadruplicação do preço do barril do petróleo pela OPEP (Organização do Países Exportadores de Petróleo) no final de 1973 e a duplicação dos mesmos em 1979, além de uma alta das taxas de juros internacionais (EUA/gestão Carter), causando inflação e crise de dívida externas de diversos países. O encaminhamento que foi dado a esta crise pelas principais lideranças políticas mundiais, tendo a frente os governos Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Grã-Bretanha), no início da década de 1980, foi o da privatização de várias empresas públicas; diminuição acentuada dos gastos públicos com benefícios sociais, tais como previdência, amparo ao trabalhador, educação e saúde, visando a diminuir a crise fiscal do Estado; transferência das áreas sociais para o capital privado; flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

17. Currículo nulo - Diz-se dos conteúdos curriculares que são silenciados e/ou menosprezados, de maneira a produzirem estereótipos, opressão e desfavorecem reações críticas pela sua ausência no currículo. Usualmente vinculam-se às culturas dos grupos sociais minoritários, marginalizados e considerados como não associados às estruturas importantes de poder (estruturas hegemônicas): culturas negra, indígena, feminina, homossexual, da classe trabalhadora, das pessoas pobres, dentre outras.

18. Democracia – é possível situar a democracia genericamente como um regime de governo no qual o povo tem o poder de tomar decisões políticas diretamente ou por meio de seus representantes políticos, eleitos para tal. Mas há um conjunto de diferentes e por vezes contraditórias concepções de democracia, na medida em que se discute a possibilidade de consenso em relação aos interesses do povo ou mesmo a possibilidade de representação desses interesses. Seguem abaixo algumas dessas perspectivas.

Democracia de classe versus democracia liberal – “Quando, em polêmica com Kautsky, Lênin afirmou que não existe ‘ democracia pura”, que a democracia é sempre burguesa ou proletária, ele não estava pondo em discussão o que Berlinguer chama de valor universal da democracia política. O que Lênin tinha em vista, contra o formalismo abstrato de Kautsky, não era negar a validade do *substantivo* democracia, mas lembrar que – no plano do conteúdo histórico-concreto – ele aparece sempre *adjetivado*. Em outras palavras: fiel aos ensinamentos de Marx e Engels, Lênin afirmava não

poder existir – salvo em breves períodos de transição – regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade. Contra a concepção de democracia liberal de Kautsky (o Estado democrático como um regime político ‘neutro’ e situado acima das classes), Lênin reafirmava – no nível permitido por sua específica situação histórica concreta – os princípios básicos da teoria marxista de democracia.” (Coutinho, Carlos Nelson. A democracia como valor universal e outros ensaios, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, p.21)

Democracia na perspectiva discursiva – “O universal é incomensurável com o particular, mas não pode existir sem este. Como é possível esta relação? Minha resposta é que este paradoxo não pode ser resolvido, mas sua insolubilidade é a precondição mesma da democracia. A solução do paradoxo implicaria em que se teria encontrado um corpo específico que seria o **verdadeiro** corpo do universal. Mas, nesse caso, o universal teria encontrado sua necessária localização, e a democracia seria impossível. Se a democracia é possível é porque o universal não tem nenhum corpo necessário e nenhum conteúdo necessário; antes, diferentes grupos competem entre si para darem temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal.” (Laclau, Ernesto, Emancipations, Londres, Verso, 1996, p. 35)

19. **Dialética** – primitivamente considerada a arte do diálogo ou da discussão, o termo dialética foi assumindo diferentes sentidos ao longo da história da filosofia que se faz necessário indicar a qual abordagem se refere quando se utiliza o termo. São destacadas aqui duas das mais usuais.

Dialética hegeliana – “Ela consiste essencialmente em reconhecer a inseparabilidade dos contraditórios, e em descobrir o princípio desta união numa categoria superior. Daí o uso mais amplo de dialética depois de Hegel, primeiro em alemão, depois, mais recentemente, em francês, para designar todos os encadeamentos de pensamentos nos quais o espírito se arrasta gradualmente sem se poder deter em nada de satisfatório antes da última etapa.” (André Lalande, Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 255-256)

Dialética marxista - é o movimento racional que nos permite ultrapassar uma contradição no real, não no pensamento. Se o real é em si mesmo contraditório, o conhecimento vai ser definido, não como sua gênese ideal, mas como sua apropriação real. As contradições não existem como fatos dados no mundo, são produzidas. A produção e a superação das contradições revelam que o real se realiza como luta. Uma realidade é produzida já dividida entre um polo positivo e um polo negativo que nega internamente o primeiro, essa negação sendo a luta mortal dos contraditórios e que só termina quando os dois termos se negam inteiramente um ao outro e engendram uma síntese. Essa síntese por si também surge dividida, reabrindo a luta dos contraditórios, sua negação recíproca e sua nova síntese. Fonte: Chauí, M. O que é ideologia, São Paulo, Ed Brasiliense.

20. **Différance** - A noção derridiana de *différance* visa a expressar o caráter suplementar (link para suplemento) da escrita - acrescentar algo e substituir a fala simultaneamente -, pois ao escrevermos *différance*, ao invés de *différence*, por intermédio da letra *a*, acrescentamos algo que não se percebe pela fala (mesma pronúncia). Há autores que defendem traduzir o termo para

o português como diferença, mas é dominante a posição de que não se deve traduzir de maneira a expressar também a aceitação do estrangeiro (diferente) na língua.

“A diferença específica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto maior de todos os “outros” em relação aos quais a “particularidade” adquire um valor relativo. Filosoficamente, a lógica da *différance* significa que o significado/identidade de cada conceito é constituído(a) em relação a todos os demais conceitos do sistema em cujos termos ele significa. Uma identidade cultural particular não pode ser definida apenas por sua presença positiva e conteúdo. Todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites – definindo o que são em relação ao que não são. Como argumenta Laclau (1996): ‘Não se pode afirmar uma identidade diferencial sem distingui-la de um contexto, e no processo de fazer a distinção, afirma-se o contexto simultaneamente’. As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1986). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é ‘um efeito do poder’. Deve haver algo exterior a uma identidade (Laclau e Mouffe, 1985; Butler, 1993). Esse ‘exterior’ é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja ‘ausência’ ou falta é constitutiva de sua presença (Hall, 1996b). ‘Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta’. Cada identidade, portanto, é *radicalmente insuficiente* em termos de seus ‘outros’. ‘Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva (Laclau, 1996)’.” (Hall, Da diáspora, p. 85) (Ver suplemento)

21. Divisão social do trabalho - A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica: a existência de diferentes formas da propriedade, i.e., a divisão entre as condições e instrumentos ou meios do trabalho e o próprio trabalho, incidindo, por sua vez, na desigual distribuição do produto do trabalho. Numa palavra: a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma da propriedade. Nessa perspectiva, trabalho é a relação dos seres humanos com a Natureza, para negar as coisas naturais enquanto naturais, transformando-as em coisas humanizadas ou culturais, produtos do trabalho. Fonte: Chauí, M. O que é ideologia, São Paulo, Ed Brasiliense.

22. Empiristas/empirismo – genericamente, é a denominação para toda doutrina ou enfoque que não admite que o espírito tenha leis próprias que difiram das coisas conhecidas e, por conseguinte, baseia o conhecimento do verdadeiro apenas sobre a experiência. Fora da experiência, o empirismo admite apenas definições ou hipóteses arbitrárias. Francis Bacon é um autor considerado fundador do empirismo como doutrina, mas as perspectivas empiristas, de formas diversas, se difundem amplamente em diferentes autores. Fonte: André Lalande, Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 300.

“Resta-nos um único e simples método, para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar as suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas”. (Francis Bacon, *Novum Organum*, Coleção Os Pensadores, p. 26)

23. Enunciação - Numa definição bem simples, enunciação é todo discurso concreto. Embora a teoria da enunciação conte com diferentes autores, no campo da educação, destaca-se a acepção

de M. Bakhtin, que trata a enunciação como a interação verbal entre dois indivíduos sociais. Do ponto de vista da linguística, o uso da noção de enunciação marca uma profunda diferença em relação à concepção de Saussure de que o signo e a sintaxe compõem a língua e de que todo signo é a relação entre um significante e um significado. Em Bakhtin, não pode haver significado — e, portanto, signo — porque todo “suposto signo” será significado de múltiplas maneiras pelos indivíduos em situações sociais concretas. Os “significados” são irrepetíveis e, ao mesmo tempo, trazem as marcas das muitas vezes em que foram enunciados:

“(…) todo o discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado envolvido pela névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele” (Bakhtin, M. (Voloschinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, HUCITEC, 1988, p.86).

24. Epistemologia / Epistemológicas – no que concerne às teorias do currículo, quando se destaca que uma teoria enfatiza o enfoque epistemológico, busca-se dizer que essa teoria está priorizando a discussão sobre conhecimento no currículo, muitas vezes com isso restringindo o processo educacional à atividade de ensino de um conjunto de conhecimentos e/ou conteúdos.

“Esta palavra designa a filosofia das ciências, mas com um sentido mais preciso. Não é propriamente o estudo dos métodos científicos, que é o objeto da Metodologia e que faz parte da Lógica. Não é tampouco a síntese ou uma antecipação conjectural das leis científicas (à maneira do positivismo ou do evolucionismo). É essencialmente o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica (não psicológica), o seu valor e a sua importância objetiva. Deve-se, pois, distinguir a epistemologia da teoria do conhecimento, se bem que ela constitua a sua introdução e o seu auxiliar indispensável, devido ao fato de estudar o conhecimento em pormenor e *a posteriori* na diversidade das ciências e dos objetos, antes de o fazer na unidade do espírito”. Fonte: André Lalande, *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 313-314.

25. Equivalência – operação pela qual se ressalta que duas ou mais unidades diferentes se articulam, por estabelecerem acordo ou consenso parcial de algumas de suas características. A equivalência se distingue da igualdade, pois nela permanece operando a lógica da diferença e do conflito, enquanto na igualdade se supõe que o consenso foi estabelecido plenamente.

“Duas coisas são ditas equivalentes quando não diferem em nada relativamente à ordem das ideias ou ao fim prático que se considera. Em particular, chamam-se equivalentes: em GEOMETRIA, às figuras que têm a mesma área ou o mesmo volume, sem por isso serem necessariamente iguais no sentido geométrico, quer dizer, congruentes; em LÓGICA, aos termos ou às proposições entre as quais existe igualdade lógica. A “substituição dos equivalentes” é a operação que consiste em substituir numa fórmula um termo por um outro que lhe é logicamente igual”. Fonte: André Lalande, *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 315-316.

26. Escola de Frankfurt - Nome dado ao grupo de pensadores marxistas ligado ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt nos anos 1930. Os nomes mais visceralmente ligados à escola de Frankfurt são Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Erich

Fromm e, contemporaneamente, Jurgen Habermas. Trata-se de teóricos bastante diversos, que articulam campos como filosofia, sociologia, psicanálise, literatura, artes, em torno da crítica ao positivismo entendida, de forma ampla, como cientificismo. A teoria crítica procede uma análise rigorosa das promessas não cumpridas do Iluminismo, concluindo que houve um afastamento do compromisso com o esclarecimento e a razão em prol de uma leitura objetificante do mundo. Nessa perspectiva, critica tanto o positivismo quanto vertentes do marxismo por seu cientificismo, retornando a Kant para elaborar o conceito de teoria crítica. A teoria crítica, como por vezes também é chamado genericamente o pensamento frankfurteano, seria, para o Horkheimer, uma teoria reflexiva, explicativa. Ela visa ao esclarecimento de seus proponentes, possibilitando-os compreender os interesses que estão em jogo, inclusive os seus próprios. Nesse sentido, são emancipatórias. Assim como as teorias tradicionais — positivistas — permitem aos sujeitos a libertação das forças naturais, a teoria crítica deve levá-los a se libertar da coerção e do poder. Muitos temas foram objetos privilegiados da teoria crítica, sempre com o foco na libertação das formas de opressão. A indústria cultural é talvez o mais divulgado foco dos frankfurteanos, mas suas críticas são dirigidas também ao nazismo, à sociedade burguesa, à ciência e à técnica (ver racionalidade técnica).

27. **Essencialismo** – A essência de alguém ou de alguma coisa é aquilo que define o fundo do seu ser, opondo-se a quaisquer modificações que atinjam apenas as aparências, a superfície ou o que é ocasional, não perene. Denomina-se, então, de essencialismo toda tendência ou enfoque ou doutrina que assuma a possibilidade de definir os seres existentes por sua essência, considerando não apenas que essa essência exista, mas também que ela possa ser identificada de uma vez por todas. Em outras palavras, o essencialismo considera que a essência dos seres e das coisas realmente existe.
28. **Estado** – conjunto de instituições públicas que organizam social, jurídica e politicamente uma nação, incluindo seu povo e seu território. Muitas vezes é tratada como sinônimo de governo, mas o termo Estado busca ser mais amplo que as instituições governamentais, incluindo as instituições da sociedade civil e militar que atuam no controle da nação e na aplicação das leis que garantem esse controle. A independência de um Estado em relação a outro é o que garante o que se concebe como soberania de uma nação. Gramsci é um dos importantes teóricos sobre o Estado, sendo muito utilizado no campo educacional. Segundo esse autor, há um sentido estrito de Estado como o aparelho coercitivo capaz de impor à sociedade um tipo de produção e de economia em dado momento histórico, formador da sociedade política, arena das instituições políticas e de controle legal. Mas há também um o conceito ampliado de Estado que inclui a sociedade civil, com suas instituições privadas e associadas à economia. Com essa acepção, Gramsci busca registrar “certo equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc)”. (Gramsci, *apud* Coutinho, Carlos Nelson, Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político, RJ: Campus, 1992, p. 76)

29. **Estruturalismo** - Como um conjunto de aportes teóricos que pode ser situado com maior força entre os anos 1950 e 1980, principalmente, mas não exclusivamente, na França, o estruturalismo reúne autores e correntes que tanto têm aproximações quanto grandes distanciamentos entre si. De forma geral, trata-se de uma tentativa anti-positivista de estabelecer o entrecruzamento da linguagem e da história, por intermédio do entendimento da linguística (Saussure) como base científica para as ciências sociais. Para o estruturalismo, é preciso se afastar do vivido para analisar o real, o qual só pode ser compreendido por intermédio da ideia de estrutura. Nessa perspectiva, a estrutura é a sintaxe das transformações possíveis, sendo as mudanças previstas a partir da compreensão da estrutura. Ainda que a mudança possa envolver um processo de desestruturação, a própria desestruturação é pensada com base na estrutura ou a partir de seus princípios. Com isso, o estruturalismo tem a pretensão de um discurso universal, atemporal – pois as transformações da estrutura podem se realizar tanto no espaço quanto no tempo – e envolvem uma atenuação do significado em proveito do significante: os símbolos são mais “reais” do que o que eles simbolizam, pois é preciso sair do plano do real para descobrir o que subjaz este real. As diferenças são variações sobre um mesmo tema, pois a estrutura é o invariante das variações. O objeto do funcionalismo ou do positivismo está na realidade, o objeto da análise estrutural está fora da realidade. A estrutura não existe enquanto tal e a realidade é o conjunto de efeitos dessa estrutura; estrutura só é percebida pelos seus efeitos. A investigação do empírico é utilizada para alcançar a estrutura. Como alguns exemplos de argumentos estruturalistas, destacamos:

“O que é estruturalismo? Não é uma escola nem mesmo um movimento (ao menos por enquanto), porque a maior parte dos autores que se ligam ordinariamente a esta palavra não se sentem de maneira alguma ligados entre si por uma solidariedade de doutrina ou de combate. É apenas um léxico: *estrutura* é termo já antigo (de origem anatomista e gramatical), hoje em dia muito usado: todas as Ciências Sociais recorrem a ele abundantemente, e o uso da palavra não pode distinguir ninguém, salvo a polemizar sobre o conteúdo que se lhe dá (...) é necessário, sem dúvida, remontar a pares como aqueles de *significante-significado* e *sincronia-diacronia*, para se aproximar disto que distingue o estruturalismo de outros modos de pensamento; o primeiro, porque ele reenvia ao modelo linguístico saussuriano, e que, ao lado da Economia, a Linguística é, no estado atual das coisas, a ciência mesma da estrutura; o segundo, de uma forma mais decisiva, porque parece implicar uma certa revisão da noção de história, na medida onde a ideia de sincronia (embora, em Saussure, este seja um conceito sobretudo operatório) credite uma certa imobilização do tempo, e onde a diacronia tende a representar um processo histórico como uma pura sucessão de formas; este último par é tanto mais distintivo, que parece que a principal resistência ao estruturalismo seja, hoje, de origem marxista e que seja em torno da noção de história (e não de estrutura) que ela é debatida; seja o que for, é provavelmente o recurso sério ao léxico da significação (e não a palavra mesma que, paradoxalmente, não é de maneira nenhuma distintiva), na qual é preciso ver definitivamente o sinal falado do estruturalismo: fiscalize quem emprega *significante* e *significado*, *sincronia* e *diacronia*, e você saberá se a visão estruturalista é constituída”. Barthes, Roland. In: História e dialética. In: Escobar, Carlos Henrique (org.). O método estruturalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 57-58.

“Mas para que a *praxis* possa ser vivida como pensamento é preciso, primeiramente (num sentido lógico e não histórico), que o pensamento exista: isto é, que suas condições iniciais sejam dadas sob a forma de uma estrutura objetiva do psiquismo e do cérebro sem o que não haveria *praxis* nem pensamento.” Lévi-Strauss, Claude. História e dialética. In: Escobar, Carlos Henrique (org.). O método estruturalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 124.

30. **Estruturalismo-funcionalista** – Correntes que, ao pensarem a estrutura como um todo no qual as partes têm funções específicas que garantem a manutenção da estrutura, assumem a ideia de que o funcionamento da estrutura garante a harmonia e a estabilidade social. Ver funcionalismo.

31. **Etnometodologia** – Trata-se de uma corrente da sociologia, criada nos anos 1960, que articula o funcionalismo de Parson, o interacionismo simbólico e a fenomenologia de Schultz. Contrapõe-se à sociologia quantitativa, propondo-se a analisar

“As maneiras habituais de proceder mobilizadas pelos atores sociais comuns a fim de realizar suas ações habituais. Essa metodologia leiga — constituída pelo conjunto do que vamos designar por etnométodos — utilizada, de forma banal mas engenhosa, pelos membros de uma sociedade ou grupo para viverem juntos, constitui o corpus da pesquisa etnometodológica”. (Coulon, Alain. Etnometodologia e educação. Petrópolis, Vozes, 1995, p.15)

Isso significa que a etnometodologia estuda a forma como os sujeitos leigos mobilizam uma sociologia prática para de viver o seu dia-a-dia. Trata-se, portanto, de uma abordagem que discute as relações entre o conhecimento científico e o senso comum no âmbito das ciências sociais.

32. **Fenomenologia** - Termo provavelmente cunhado por Wolff e utilizado por Lambert que o entende como estudo das fontes de erro. Contrariamente a Lambert, Kant utiliza o termo F. para indicar a parte da teoria do movimento que se refere ao aparecimento externo da matéria, seja em movimento, seja em repouso. Hegel chama F. do espírito a história da Consciência Infinita ou Universal, identificando a F. como o vir-a-ser da ciência ou do saber. Hamilton entendeu a F. como psicologia descritiva, como descrição a aparência psíquica. Hartmann atribui a F. a própria consciência moral independente das especulações que se façam sobre ela.

Entretanto o significado de F. que ganhou fama e solidez foi aquele atribuído por Edmund Husserl em suas *Pesquisas lógicas* onde separa a psicologia da fenomenologia. Husserl entende a psicologia como ciência dos dados de fato e a fenomenologia como ciência de essências, através da qual é possível chegar a redução eidética, que é a tarefa de purificar os fenômenos psicológicos de suas características reais ou empíricas e elevá-los ao plano da generalidade essencial. A redução eidética é a transformação dos fenômenos em essências (eidos) ou irrealidades. São quatro os resultados da F. de Husserl: 1) o reconhecimento da intencionalidade da consciência; 2) a evidência da visão ou intuição dos objetos por contada presença dos próprios objetos; 3) a generalização da noção de objeto, para além das coisas materiais, entendendo-os também como categorias, essências e objetos ideais; 4) a percepção imanente ou a consciência que o eu tem das próprias experiências. Os fenomenólogos mais contemporâneos comungam com Husserl apenas o reconhecimento do caráter intencional da consciência. A partir da pesquisa fenomenológica Hartmann funda seu realismo metafísico, Scheler sua análise das

emoções e Heidegger sua ontologia, que prega a F. como método, dizendo que ela não caracteriza a consciência de fato do objeto, mas o seu “como”. Sartre e Merleau-Ponty entendem a F. de maneira análoga, embora eliminando a diferença entre aparecer e ser não reduzem a existência à aparência, a um fenomenismo. Diz Sartre “o ser do fenômeno, embora seja coextensivo ao fenômeno, deve fugir à condição fenomênica – que é a condição pela qual algo só existe na medida em que se manifesta – e por conseguinte transcende e fundamenta o conhecimento que se tem dela (*O ser e o nada*, Intr. § 2). A relação entre a aparência e o ser na ontologia fenomenológica não equivale à tradição que relaciona aparência e realidade (*verbete de autoria de Guilherme Augusto Rezende Lemos*).

33. **Fordistas/fordismo** - O fordismo é um modelo administrativo criado por H. Ford no início do século XX. Trata-se de um desdobramento do modelo taylorista aplicado à produção em massa nas indústrias automobilísticas. Como o taylorismo, o fordismo busca introduzir na administração princípios científicos como forma de melhorar o desempenho industrial. Também conhecido como produção em série, o modelo fordista parte da divisão do processo de produção em tarefas menores que são ordenadas de forma a garantir que não haja desperdício de recursos humanos e materiais. As tarefas são bem específicas e desempenhadas por trabalhadores que nelas se especializam. Um conjunto de tarefas ordenadas cria uma linha de montagem, em geral, automatizada. Dessa forma, reduz-se o fluxo de trabalhadores que permanecem parados frente às esteiras aguardando os produtos sobre os quais devem atuar.

34. **Funcionalismo** - “O termo funcionalismo tem pelo menos dois sentidos e dois usos em ciências sociais. Num deles, exprime uma atitude diante dos fatos sociais baseada no princípio filosófico segundo o qual tudo o que existe numa dada sociedade tem um sentido, um significado. No outro, diz respeito a uma postura substantiva, expressando a ideia de que tudo o que existe numa sociedade contribui para seu funcionamento equilibrado – para manter o sistema social em operação – i.e., o funcionalismo pode expressar uma atitude diante dos fatos sociais, referindo-se somente ao fato de que eles devem ser vistos em termos do sistema no qual têm origem e operam; ou a teoria de acordo com a qual tudo o que ocorre num sistema social contribui necessariamente para sua manutenção e equilíbrio. Nesse segundo caso, o funcionalismo confunde-se com uma teoria do equilíbrio social, evitando estudar ou posicionar-se ante as tensões, conflitos e contradições que todas as sociedades humanas exibem em níveis e domínios diferenciados. Fonte: Roberto da Matta. In *Dicionário de Ciências Sociais*, p 503-504. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas e MEC 1986.

“Teoria que acentua as características funcionais, o uso efetivo dos seus objetos mais do que as sua estrutura ou as suas propriedades estáticas”. Fonte: André Lalande, *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 1268.

35. **Globalização** – expressão utilizada para denominar o aprofundamento da integração econômica, política, cultural e social realizada a partir do fim da Guerra Fria, em virtude: das dinâmicas próprias do capitalismo tardio na busca pela ampliação dos mercados dos países centrais; da compressão espaço-tempo desenvolvida com o avanço da interconexão tecnológica (internet, telefonia móvel, principalmente); do barateamento dos transportes.

36. **Guerra Fria** – Denominação conferida aos conflitos entre o bloco soviético socialista e o bloco capitalista, apoiado pelos Estados Unidos no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o fim da União Soviética, em 1991. Os dois blocos travaram uma luta econômica e ideológica, mas não diretamente armada, ainda que boa parte da Guerra Fria tenha se desenvolvido com o armamento contínuo e crescente de ambos os blocos, uma na busca da defesa em relação ao outro. Ainda assim, conflitos bélicos se desenvolveram no período em outros países, envolvendo os dois blocos, sendo os mais destacados: Guerra da Coreia, opondo Coreia do Sul, apoiada pelo bloco norte-americano, e Coreia do Norte, apoiada pelo bloco soviético (1950-1953), Guerra do Vietnã, onde o Vietnã do Sul foi apoiado pelos EUA e o Vietnã do Norte pelo bloco soviético (1962-1975) e a invasão soviética do Afeganistão (1979-1989).

37. **Habitus** - termo cunhado por Bourdieu para expressar uma dada formação durável, decorrente da interiorização de arbitrários culturais e capaz, assim, de garantir a manutenção nas práticas os princípios desses mesmos arbitrários culturais.

“(…) sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.” (Bourdieu, apud Ortiz, Renato, Introdução – Sociologia (coletânea). São Paulo: Ática, 1983, p. 15)

38. **Hegemonia**

Segundo Raymond Williams apoiado em Gramsci: [Hegemonia] é todo um conjunto de práticas e expectativas; nossa energia empregada em diferentes tarefas, nossa compreensão comum do homem e de seu mundo. É um conjunto de significados e valores que, quando experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Ela assim constitui um sentido de realidade para a maior parte das pessoas na sociedade, um sentido de ser absoluta porque experimentada [como uma] realidade a que a maior parte dos membros de uma sociedade dificilmente conseguirá ir além. Mas não se trata, exceto quando se dá um momento de análise abstrata, de um sistema estático. Pelo contrário, só podemos entender uma cultura dominante e de fato existente se entendemos o real processo social do qual ela depende: o processo de incorporação. Os modos de incorporação são de grande significação e, além disso, têm significação econômica considerável em nosso tipo de sociedade. (Raymond Williams. Apple, Michael. Ideologia e Currículo, Porto Alegre, Artes Médicas, 2006, p. 39)

Segundo Ernesto Laclau – Hegemonia é o processo pelo qual uma identidade particular é esvaziada de significado, tornando-se um significante vazio, no qual deslizarão múltiplos sentidos capazes de se constituírem como ponto nodal discursivo. Hegemonizar é, assim, preencher o vazio de um significante fazendo um ponto nodal na cadeia de significação, é um tipo de relação política e uma lógica social. Por isso mesmo, hegemonia é sempre instável, ambígua e plural – podem ser múltiplos os processos hegemônicos.

39. **Hermenêutica** – termo genericamente utilizado para o processo de interpretação do simbólico. Especificamente, refere-se a uma área da Filosofia que focaliza a teoria da interpretação, não apenas de textos escritos, mas também de todas as formas de expressão verbais e não-verbais.
40. **História de vida** – muitas pesquisas diferentes têm sido denominadas de história de vida, de modo que qualquer definição será sempre sujeita a discordâncias. De modo geral, sob o termo histórias de vida, se associam as narrativas pessoais e os estudos biográficos e auto-biográficos. O termo está, ainda, imbricado com a história oral, que tenta entender o passado lançando mão da versão ideologizada daqueles que o viveram, de suas experiências e versões particulares. Em defesa das histórias de vida, os pesquisadores têm apontado seu potencial na articulação entre o indivíduo e a sociedade, entre o local e o global e entre os espaços privado e público. Do ponto de vista teórico, as histórias de vida se fazem na interface de diferentes campos, desde a história, a sociologia e a antropologia até a psicologia e a teoria literária. A criação dos estudos culturais tem sido também uma área em que as histórias de vida vêm se desenvolvendo com força. Aspectos teóricos importantes nas histórias de vida têm a ver com os estudos sobre memória (como as pessoas lembram) e sobre auto-representação e identidade (como as pessoas se vêem no mundo).
41. **Humanismo** - O termo é utilizado em dois sentidos diferentes: ou para se referir ao movimento literário e filosófico surgido na Itália do século XIV que ficou conhecido como Renascimento; ou para qualquer movimento filosófico que se baseie na matéria humana. No primeiro sentido, inaugurado por Petrarca, reconhece-se o valor do homem em sua totalidade, a natureza do humano, como sendo formado de alma e corpo, destinado a viver no mundo e dominá-lo. O H. nega e se contrapõe ao teocentrismo medieval, reivindicando o valor do prazer, a importância das leis, da medicina e da ética em contraposição à metafísica. Reconhece-se a historicidade do homem através da filologia, através do estudo dos códigos o homem vincula-se ao seu passado ao mesmo tempo em que se distingue dele. Reconhece-se também o valor da educação humanista como a formação de uma consciência verdadeiramente humana. Reconhece-se ainda o homem como um ser natural. No segundo sentido, evoca-se toda filosofia que faz do homem “a medida de todas as coisas”, seja no pragmatismo de Schiller, na ontologia de Heidegger ou no existencialismo de Sartre. (*verbete de autoria de Guilherme Augusto Rezende Lemos*)
42. **Idealismo, idealista** – “Entende-se atualmente por idealismo a tendência filosófica que consiste em reduzir toda experiência ao pensamento, no sentido mais amplo da palavra *pensamento* (tal como é utilizada nomeadamente em Descartes). O idealismo opõe-se assim ao realismo ontológico, ou, numa só palavra, à ontologia, que admite uma existência independente do pensamento. Este termo designa, pois, menos uma doutrina do que uma orientação: serve, sobretudo, na crítica ou na polêmica para caracterizar uma teoria ou sistema opondo-os a outras teorias ou sistemas que absorvem num menor grau o ser no pensamento.” André Lalande, *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 487.
43. **Ideologia** – A ideologia inicialmente refere-se a uma ciência das ideias, com base racional, capaz de fundamentar os processos de mudar o mundo, mas ficou consagrada por sua reconfiguração no âmbito das teorias materialistas históricas. Nessas teorias, a ideologia deixa de

ser identificada como as ideias decorrentes do pensamento e passam a compreender relação das ideias com as condições materiais de existência.

Ideologia em Marx – “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas concepções, ideias etc, mas os homens ativos e reais, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento: mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina consciência”. (Marx, Karl. A ideologia alemã, SP, Hucitec, 1993, p. 36-37.)

Ideologia em Althusser - “A ideologia, portanto, pode ser resumida como ‘uma representação das relações imaginárias dos indivíduos com suas condições reais de existência’. Na ideologia, escreve Althusser, ‘os homens realmente expressam, não a relação entre eles e suas condições de existência, mas a *maneira* como vivem a relação entre eles e suas condições de existência: isso pressupõe em relação real e uma relação *imaginária, vivida...* Na ideologia, a relação real é inevitavelmente investida na relação imaginária.” (Eagleton, Terry, Ideologia, SP, Unesp/Boitempo, 1987, p. 129). Para esse autor, a ideologia tem uma existência material em um aparelho e em suas práticas. Só há prática através de e sob uma ideologia, assim como só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Toda ideologia tem por função "constituir" indivíduos concretos em sujeitos. Como todo discurso científico é por definição um discurso sem sujeito, só existe um sujeito da ciência numa ideologia da ciência. É preciso situar-se fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico para poder dizer “estou na ideologia ou estava na ideologia”.

Ideologia em Gramsci - “É com Gramsci que se efetua a transição crucial de ideologia como ‘sistema de ideias’ para ideologia como prática social vivida, habitual – que, então, deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais. Louis Althusser, para quem a ideologia é largamente inconsciente e sempre institucional, herdará ambas as ênfases, e a hegemonia como processo “vivido” de dominação política aproxima-se em alguns aspectos do que Raymond Williams designa como “estrutura do sentimento”. Em sua discussão de Gramsci, Williams reconhece o caráter *dinâmico* da hegemonia, em confronto com as conotações potencialmente estáticas de ‘ideologia’: a hegemonia nunca é uma conquista definitiva, mas ‘tem de ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada’ . Como conceito, então, a hegemonia é inseparável dos sobretons da luta, como a ideologia talvez não seja. Nenhum modo único de hegemonia, assim afirma Williams, pode esgotar os significados e valores de qualquer sociedade e, assim, qualquer poder governante é forçado a travar combate com forças contra-hegemônicas de maneiras que provam ser parcialmente constitutivas de seu próprio domínio. Assim, a hegemonia é uma noção inerentemente relacional, além de prática e dinâmica, e oferece, nesse sentido, um avanço notável diante das definições de ideologia ossificadas, escolásticas, encontradas em certas correntes ‘vulgares’ do marxismo.” (Eagleton, Terry, Ideologia, SP, Unesp/Boitempo, 1987, p. 107).

Ideologia em Foucault - O autor considera difícil a utilização da noção de ideologia por três razões: a) por estar sempre em oposição a alguma coisa que se considera como verdade; o importante é ver historicamente como se produzem os efeitos de verdade no interior de discursos que não são, em si, verdadeiros ou falsos; b) refere-se necessariamente a alguma coisa como “o sujeito”, centrado, coeso, condição que é questionada em aportes pós-estruturais; c) ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material. Para Foucault, a própria definição de que a ideologia é o avesso da ciência, o seu erro, é por si ideológica, pois confere à ciência um poder privilegiado na definição de saberes e na produção de efeitos de verdade. (Fonte: Foucault, Microfísica do poder, RJ: Graal, 1986, p. 7)

Ideologia para Laclau - Constitui-se uma ideologia toda vez que um conteúdo particular se apresenta como mais do que a si mesmo. Mas como todo processo hegemônico (link para hegemonia) implica o processo de um particular assumir a representação equivalencial do todo, subvertendo sua própria particularidade, a dimensão ideológica, na teoria do discurso, é necessária, não assumindo nenhuma conotação pejorativa, ao contrário da tradição do termo. A possível crítica à ideologia pode ser pensada apenas na ideia de uma dada representação, ao ser apresentada como representação plena, negar sua relação com o particular e estabelecer a si própria como o universal.

44. **Iluminista/ Iluminismo** - Linha filosófica que pressupõe a razão como guia em todos os campos da experiência humana. “tenha coragem de servir-te do teu intelecto”, este imperativo categórico proposto por Immanuel Kant em sua obra *O que é esclarecimento?* é o lema do Iluminismo. O Iluminismo possui três aspectos que embora sejam diferentes entre si estão intimamente ligados um ao outro. O primeiro: todo conhecimento e toda crença devem se submeter à crítica; o segundo: todo conhecimento deve estar organizado de forma que possa se submeter à crítica; e o terceiro: todo conhecimento deve ser construído e utilizado para melhorar a vida dos homens. O

Iluminismo é também conhecido como o século das luzes (fins do XVII a fins do XVIII) ou do esclarecimento. Kant em sua *Crítica da Razão Pura*, obra que levou dez anos para ser concluída, tenta solucionar o impasse causado na teoria do conhecimento pela oposição inconciliável entre o racionalismo Cartesiano, que via na razão a fonte de todo conhecimento, e o empirismo de Locke, para quem o conhecimento se origina nos sentidos (visão, audição, paladar, olfato e tato). Para Kant todo conhecimento se origina nos sentidos, mas deve se submeter ao tribunal da razão para reconhecer-se como conhecimento. O criticismo kantiano é exatamente a tentativa de levar a própria razão ao tribunal da razão, dissecando-a sistematicamente até poder expô-la em toda a sua nudez, isto é, demonstrando sistematicamente o funcionamento da própria razão humana, elevando-a a condição de única possibilidade de chancela do conhecimento como verdade. *(verbete de autoria de Guilherme Augusto Rezende Lemos)*

- 45. Instrumental** – Diz-se que uma perspectiva é instrumental quando preocupada exclusivamente com as técnicas para obtenção de determinados resultados. No pensamento da Escola de Frankfurt, a razão instrumental foi criticada e contraposta à razão crítica. Em linhas gerais, o mesmo que racionalidade técnica, ainda que alguns autores distingam a racionalidade estratégica (quando ligada aos fins) da instrumental (quando ligada aos meios), afirmando que ambas são técnicas.
- 46. Interacionismo simbólico/ Interacionistas** - Termo criado por Herbert Blumer para se referir ao fato de que as pessoas agem em relação às coisas baseando-se no significado que essas coisas tenham para elas; e esses significados são resultantes da sua interação social e modificados por sua interpretação. Largamente utilizado na Sociologia, o Interacionismo simbólico deriva do Pragmatismo americano. Entretanto o termo remonta a Hegel e a diversos filósofos da linguagem que pregam o mundo simbólico só se constroi por meio da interação entre duas ou mais pessoas e, portanto, o simbolismo não é resultado de interação do sujeito consigo ou mesmo de sua interação com um simples objeto. Via de regra os sociólogos que aderem a essa idéia utilizam-se de pesquisa qualitativa como a da observação participante que visa interpretar o fato sociológico “desde de dentro”, opondo-se àqueles que optam pelo método do distanciamento. *(verbete de autoria de Guilherme Augusto Rezende Lemos)*
- 47. Marxismo** – Conjunto de ideias econômicas, filosóficas, sociais e políticas elaboradas a partir da obra de Karl Marx, e em alguns casos também apoiada por Friedrich Engels, e desenvolvidas, seja teórica ou politicamente, por diferentes seguidores desde a segunda metade do século XIX. Nesse caso, também é considerado por alguns autores que o marxismo é a ampliação do pensamento marxiano propriamente dito, sendo este a expressão das ideias de Marx e não sua reconfiguração posterior pelos demais autores marxistas. O marxismo, com sua análise do modo de produção capitalista e teorização sobre sua futura desestruturação, com a consequente emancipação humana, influenciou e influencia até hoje a vida social e a prática política, assumindo interpretações distintas e práticas políticas variadas. Suas principais bases teóricas são: a concepção materialista da história; a dialética; a identificação de que o trabalho cria valor e se constitui em uma mercadoria específica que cria mais valor (trabalho excedente ou mais valia) que, no entanto, não é pago ao trabalhador, sendo base da acumulação do capital; a

compreensão da divisão social do trabalho como manifestação de algo fundamental na existência histórica; e o entendimento de que a consciência e vida social dos seres humanos é condicionada pelas relações de produção. Nesse sentido, a luta de classes e o desenvolvimento das forças produtivas são os motores da mudança histórica. Ver também ideologia e dialética.

48. Matriz Fenomenológica – Ver fenomenologia

49. Metanarrativas – Também denominadas grandes narrativas, são narrativas que têm a pretensão de subordinar, organizar e explicar outras narrativas dispersas e diferentes, conferindo a si um valor explicativo mais amplo de uma totalidade do social. Essa expressão foi mais amplamente divulgada pelo livro *O pós-moderno*, publicado pela primeira vez por Jean-François Lyotard, em 1979. Neste livro, o filósofo francês define a condição pós-moderna como associada à incredulidade em relação às metanarrativas modernas, particularmente o marxismo, o idealismo e o iluminismo.

50. Métodos qualitativos –

“Em seu livro *A Pesquisa Qualitativa em Educação*, Bogdan e Biklen (1982) discutem o conceito de pesquisa qualitativa apresentando cinco características básicas que configurariam esse tipo de estudo:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo os dois autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Por exemplo, se a questão que está sendo estudada é a da indisciplina escolar, o pesquisador procurará presenciar o maior número de situações em que esta se manifeste o que vai exigir um contato direto e constante com o dia-a-dia escolar.

Como os problemas são estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação intencional do pesquisado, esse tipo de estudo é também chamado de “naturalístico”. Para esses autores, portanto, todo o estudo qualitativo é também naturalístico.

A justificativa para que o pesquisador mantenha um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente é a de que estes são muito influenciados pelo seu contexto. Sendo assim, as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Da mesma maneira as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto onde aparecem.

2. Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são considerados importantes. O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado. Questões aparentemente simples, como: por que as carteiras nesta escola estão dispostas em grupos nas primeiras séries e em fileiras nas terceiras e quartas séries?, e outras desse mesmo tipo, precisam ser sempre colocadas e sistematicamente investigadas.

3. *A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.* O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Por exemplo, numa pesquisa das práticas de alfabetização na escola pública, Kramer e André (1984) mostraram como as medidas disciplinares de sala de aula serviam ao propósito de organização para o trabalho e como isso interferia no “clima” de sala e no envolvimento das crianças nas tarefas propostas. Essa complexidade do cotidiano escolar é sistematicamente retratada nas pesquisas qualitativas.

4. *O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.* Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas. Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo.

O cuidado que o pesquisador precisa ter ao revelar os pontos de vista dos participantes é com a acuidade de suas percepções. Deve, por isso, encontrar meios de checá-las, discutindo-as abertamente com os participantes ou confrontando-as com outros pesquisadores para que elas possam ser ou não confirmadas.

5. *A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.* Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima.” (Ludke, Menga e André, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo, EPU, 1986, p.11-13)

51. **Modernidade** – Como período histórico, a Idade Moderna é definida, usualmente, como o espaço de tempo compreendido entre a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453 e o fim da Revolução Francesa em 1789. Mas a era Moderna ou Modernidade é um termo mais genérico, associado ao Iluminismo, e que ganha conotações distintas nos mais diferentes autores. Assim, a modernidade pode ser caracterizada tanto como um período de tempo quanto como um projeto de sociedade. Esteve em foco no século XVIII e representa um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver uma ciência objetiva, baseada na razão e na empiria, estabelecendo leis universais e uma arte autônoma e buscando com isso a emancipação humana. Igualmente, foram defendidas formas racionais de organização social, com a pretensão de libertar a todos do irracionalismo. A modernidade é então conhecida como a época de primazia da razão e da forma racional de conceber o mundo de forma totalizadora, sendo possível a auto-legitimação do conhecimento científico. Com isso, o desenvolvimento social é de alguma forma concebido como constante, evolutivo, passível de ser compreendido e previsto, a partir da identificação de seus fundamentos e/ou das estruturas que o sustentam. Ainda assim, Modernidade não equivale a Estruturalismo, assim como Pós-modernidade não equivale a Pós-estruturalismo.

52. **Mundo-da-vida** - É um termo da filosofia ligado principalmente com a fenomenologia de Edmund Husserl e a interpretação sociológica de Habermas como sendo a esfera privada onde os sujeitos chegam a um entendimento sobre as outras esferas do sistema social através do processo comunicativo. Husserl designa como Mundo da Vida “o mundo em que vivemos intuitivamente, com suas realidades, assim como acontecem, antes na simples experiência depois também nos modos em que se tornam oscilantes em sua validade (oscilantes entre o ser e a aparência)” (Krisis, 44). Husserl opõe o Mundo da Vida ao Mundo da Ciência, considerando este último como um simbolismo que representa o Mundo da Vida, este generosamente concede lugar à ciência pois é “um mundo para todos”. (*verbete de autoria de Guilherme Augusto Rezende Lemos*)
53. **Neoliberalismo** - O que se tem chamado de neoliberalismo é o período iniciado com a crise econômica mundial do início dos anos 1970. Após a II Guerra mundial, os estados nacionais fizeram fortes investimentos como forma de minorar os problemas sociais. Criaram-se políticas sociais compensatórias, denominadas genericamente de estado do bem-estar social. Com a crise do petróleo de 1973, os estados nacionais começaram a ter graves problemas financeiros, a inflação aumentou, as balanças comerciais ficaram deficitárias. Como resposta a essa crise do estado do bem-estar, as políticas monetaristas ganharam impacto, especialmente depois da eleição de Margaret Thatcher (primeira ministra inglesa de 1979 a 1990) e Ronald Reagan (presidente americano de 1980 a 1989). Nelas, propunha-se o estado mínimo, responsável apenas pela manutenção da ordem econômica, enquanto a regulação do sistema era transferida para o próprio mercado. Praticamente, a guinada neoliberal afetou, entre outros aspectos, o tamanho do estado, com inúmeras privatizações, e o escopo das políticas sociais, que foram reduzidas ao mínimo. No campo da educação, produziram-se diversas reformas (ver reformas neoliberais).
54. **Nível de desenvolvimento operatório** – Para Piaget, o ser humano é dotado de uma estrutura biológica que o facultava a desenvolver sua estrutura mental. Mas para tal, deve haver a interação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, em um processo lógico de construção do conhecimento. Esse desenvolvimento acontece em três etapas: sensório-motora, pré-operatória e operatória. Esta última se divide entre os níveis de operações concretas e de operações formais. A emergência da linguagem caracteriza o nível pré-operatório, mas apenas com o nível operatório o sujeito é capaz de estabelecer relações e integrar de forma coerente e lógica pontos de vista diferentes, saindo de uma postura egocêntrica. A diferença entre as operações concretas e as operações formais é a ampliação da capacidade de construir sistemas conceituais abstratos. Ver construtivismo e cognitivismo.
55. **Perspectiva estruturalista** – ver **Estruturalismo**
56. **Perspectiva marxista** – Ver **Marxismo**
57. **Perspectiva pós-estruturalista** – Ver **Pós-estruturalismo**
58. **Perspectiva positivista** – ver **Positivismo**
59. **Perspectiva pragmática** – ver **Pragmatismo**

60. **Pesquisa-ação** – O termo pesquisa-ação se refere a um conjunto diverso de pesquisas, cujo ponto de interseção é o fato de produzir conhecimento sobre uma realidade ao mesmo tempo em que nela intervem. Uma das principais alegações dos defensores da pesquisa-ação é que a pesquisa tem o dever ético de ajudar na resolução dos problemas sobre os quais se debruça. Como toda pesquisa, a pesquisa-ação envolve a definição de uma problemática, a definição de formas de estudá-la, a produção e análise dos dados. No caso desta pesquisa, tais etapas são realizadas coletivamente, borrando-se a distinção entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados. O nível de participação do conjunto no desenvolvimento da pesquisa varia de acordo com a vertente de pesquisa-ação. Há perspectivas que defendem que é necessária a participação de todos desde a identificação do problema a ser estudado, enquanto outras aceitam a participação apenas nas etapas subsequentes do processo. Talvez, no entanto, a principal distinção entre grupos que defendem a pesquisa-ação se dê na compreensão de participação como algo social ou individual. Nesse sentido, poderíamos caracterizar, pelo menos, duas concepções de pesquisa-ação muito comuns na educação.

1) Pesquisa ação numa perspectiva crítico-social: de matriz marxista, tal perspectiva pensa a participação como participação dos sujeitos em agrupamentos sociais. A pesquisa tem a função precípua de mudar a realidade social dos grupos em que é desenvolvida. Assume uma perspectiva de participação mais ampla em que todas as etapas são discutidas pelo conjunto dos sujeitos e os problemas são definidos em função de suas necessidades.

“A pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual: (a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; (b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; (c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; (d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada; (e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; e (f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados”. (Thiollent, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1988, p.16).

2) Professor-pesquisador: toda a discussão de professor-pesquisador pode também ser caracterizada como pesquisa-ação. Assume um tom mais individual em que pesquisador e pesquisado são a mesma pessoa. Ainda que o sujeito esteja inserido em um grupo social, essa perspectiva objetiva mais especificamente a mudança da prática do sujeito.

61. **Poder** – Ter permissão para realizar uma ação, deliberar, mandar, impor sua vontade ou fazer jus a um direito; ter possibilidade de algo, potência para agir, autoridade, corpo constituído que exerce a autoridade. A partir desses sentidos genéricos, muitas teorias do poder foram

constituídas, havendo uma tendência a distinguir teorias que defendem a existência de centros de poder capazes de definir estruturas básicas do social e teorias que entendem o poder como constituído a partir de uma microfísica, descentrado. Normalmente, as teorias que investigam a centralidade do poder e entendem sua atuação como verticalizada ou total situam esse centro no Estado, com seus aparatos econômicos e/ou coercitivos, ou ainda no capital econômico ou mesmo em uma substância política global que governa de forma suprema o mundo. As teorias que entendem o poder como descentrado, oblíquo, não-vertical, focalizam a dispersão das relações de poder.

Poder do Império – “Pode-se, não obstante, objetar a esta altura que mesmo sendo virtual e agindo nas margens, o processo de construção da soberania imperial é, em muito sentidos, bastante real! Certamente não pretendemos negar esse fato. Nossa ideia, ao contrário, é que estamos lidando com uma forma especial de soberania – uma forma descontínua que deveria ser considerada liminar ou marginal na medida em que atua como ‘última instância’, uma soberania que localiza seu único ponto de referência na incondicionalidade definitiva do poder que pode exercer. O Império aparece, dessa maneira, na forma de máquina de altíssima tecnologia: é virtual, construída para controlar o evento marginal, e organizada para dominar e, quando necessário, intervir nas avarias do sistema (de acordo com as mais avançadas tecnologias de produção robótica). A virtualidade e a descontinuidade da soberania imperial, entretanto, não diminuem a eficácia de sua força; ao contrário, são essas características que servem para reforçar seu aparelho, demonstrando sua eficácia no contexto histórico contemporâneo e sua força legítima para resolver problemas mundiais como último recurso.” (Hardt, M & Negri, A. Império. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 58)

Microfísica do poder – “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Esta razão, no entanto, não é suficiente, pois, na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal. Não é assim, entretanto, que Foucault tematiza o poder, como também não foi assim que tematizou nenhum dos seus objetos de investigação. (...) Uma coisa que não se pode negar às análises genealógicas do poder: elas produziram um importante deslocamento com a relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. (...) O que parece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz.” (Roberto Machado, Introdução à Microfísica do Poder, Foucault, RJ: Graal, 1986, p. X-XI).

62. Pós-estruturalismo – Na medida em que o estruturalismo foi ganhando áreas de ciência régia e que a linguística foi assumindo espaços cada vez maiores nas ciências sociais, autores inicialmente vinculados ao estruturalismo, tal como Foucault e Lacan, vão construindo teorias que acabam por questionar as próprias bases do estruturalismo. Talvez por isso, também é possível destacar aproximações entre estruturalismo e pós-estruturalismo. Ambos os modos de pensamento questionam o privilégio conferido à consciência humana e a sua possibilidade de

autonomia e de auto-conhecimento, valorizam a linguagem como constituinte do social e consideram a cultura em termos simbólicos e lingüísticos, tornando os sistemas simbólicos – cidade, escola, governo – compreensíveis como sistemas de códigos. Nesse sentido, partilham uma postura anti-realista e anti-positivista, construindo o entendimento de formas de governo e de constrangimento de nossos comportamentos. Igualmente, o pós-estruturalismo não vem a se constituir como um movimento ou um conjunto de doutrinas comuns. Autores muito distintos podem ser associados a esse campo, tendo apenas em comum o questionamento ao cientificismo das ciências humanas com base na linguística, a pretensão do estruturalismo de construir fundamentos epistemológicos e identificar estruturas universais comuns a todas as culturas e à mente humana em geral, procurando salientar a pluralidade dos jogos de linguagem que tornam o processo de significação como provisório, sem fechamento final, terreno de diferenças sempre passíveis de produzirem novos sentidos. Com isso, as possíveis estruturações passam a ser compreendidas como sem centro e como passíveis de serem desestruturadas. A ideia de estrutura é substituída pela ideia de discurso: não há estruturas fixas que fechem de forma definitiva a significação, mas apenas estruturações e reestruturações discursivas. Nessa perspectiva, discurso é uma totalidade relacional de significantes que limitam a significação de determinadas práticas e, quando articulados hegemonicamente, constituem uma formação discursiva. A formação discursiva é o conjunto de discursos articulados por meio de diferentes práticas hegemônicas. Com isso, passa a existir um foco no discurso, mas também no contingente e no local. Simultaneamente, o sujeito, categoria já colocada em crise no estruturalismo pela crítica ao existencialismo e ao humanismo, é questionada ainda mais centralmente pelo pós-estruturalismo. O “penso, logo sou” cartesiano é substituído pelo “penso onde não sou, sou onde não penso” lacaniano ou ainda pelo anti-humanismo heideggeriano. O sujeito só existe como efeito do significante, como resultado de um ato de decisão e de escolha capaz de fechar provisoriamente sua significação. Destacamos alguns trechos de autores que são marcos do enfoque pós-estrutural.

“O caso do conceito de *estrutura* (...) é certamente mais ambíguo. Tudo depende de como é colocado em funcionamento. Tal como o conceito de signo – e, portanto, de semiologia –, ele pode, ao mesmo tempo, confirmar e abalar as seguranças logocêntricas e etnocêntricas. Nós não descartamos esses conceitos e não temos, por outro lado, os meios para fazê-lo. É necessário, sem dúvida, no interior da semiologia, transformar os conceitos, deslocá-los, voltá-los contra seus pressupostos, re-inscrevê-los em outras cadeias, modificar pouco a pouco o terreno de trabalho e produzir, assim, novas configurações; não na ruptura decisiva, na unicidade de um ‘corte epistemológico’, como se diz hoje, com muita frequência. Os cortes se reinscrevem sempre, fatalmente, em um tecido antigo que é preciso continuar a desfazer, interminavelmente. Essa interminabilidade não é um acidente ou uma contingência; ela é essencial, sistemática e teórica. Isso não elimina, de forma alguma, a necessidade e a importância relativa de certos cortes, da aparição ou da definição de novas estruturas...” (Derrida, *Posições*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 30)

“Sabemos, a partir de Saussure, que a língua (e por extensão todo o sistema de significação) é um sistema de diferenças, que as identidades lingüísticas – os valores – são puramente relacionais e que,

como consequência, a totalidade da língua está envolvida em cada ato individual de significação. Então, nesse caso está claro que essa totalidade é essencialmente requerida – se as diferenças não constituem um sistema, nenhuma significação é possível. O problema é, no entanto, que a verdadeira possibilidade da significação está no sistema e a verdadeira possibilidade do sistema é a possibilidade de seus limites. Podemos dizer, com Hegel, que pensar os limites de algo é o mesmo que pensar o que está para além desses limites. Mas, se o que estamos falando é dos limites de um *sistema de significação*, está claro que esses limites não podem ser eles mesmos significados, mas que eles têm que *mostrar-se* a si mesmos como *interrupção* ou *quebra* no processo de significação. De tal forma que nos encontramos na situação paradoxal de que aquilo que constitui a condição de possibilidade de um sistema de significação – seus limites – é também aquilo que constitui sua condição de impossibilidade – um bloqueio na expansão contínua do processo de significação.” (Laclau, Ernesto. Por que os significantes vazios são importantes na política? Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, no prelo)

63. Pós-fordismo- Denomina-se pós-fordismo o modelo de gestão da produção surgido a partir das crises econômicas, em escala mundial, da década de 1970. Também conhecido como toyotismo, caracteriza-se pela flexibilidade da produção em oposição à produção em série do fordismo. Esse modelo de gestão funciona a partir de ilhas de produção em que todo o processo de produção é desenvolvido. São definidas metas para cada ilha e o processo interno de seu funcionamento é decidido pelos trabalhadores, sendo-lhes cobrados resultados finais. Amplia-se, assim, a responsabilidade dos trabalhadores pela gestão da produção. Esse modelo exige flexibilidade dos trabalhadores que podem atuar em qualquer etapa do processo. Como forma de evitar grandes estoques, a produção passa a ser feita por demanda (*just in time*). Do ponto de vista das políticas públicas e do papel do Estado na economia, o pós-fordismo se associa à falência do estado do bem estar social e ao neoliberalismo.

64. Pós-modernidade – A pós-modernidade também pode ser caracterizada pelo fim do otimismo no ser humano, a partir da barbárie no século XX – duas grandes guerras, holocausto, bomba atômica, genocídios de toda espécie. Com isso, iniqua-se um movimento que passa a suspeitar do projeto do Iluminismo: os mesmos princípios que eram vistos como capazes de garantir a emancipação humana passaram a ser pensados como um sistema de opressão universal em nome da libertação humana. É iniciado um processo de crítica acirrada à Razão Instrumental, especialmente pela Escola de Frankfurt. Mas enquanto Habermas, por exemplo, permanece ceticamente com o projeto Iluminista, outros defendem o abandono desse projeto. Organiza-se assim o projeto pós-moderno. Segundo Lyotard, a condição pós-moderna designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Temporalmente, a pós-modernidade tende a ser situada como iniciando nos anos 1950, com uma consolidação entre os anos de 68 e 72, quando a expressão se cristalizou (o livro de Lyotard, “A Condição Pós-moderna” é de 1979). Como características gerais do pós-modernismo podemos situar a incredulidade perante às metanarrativas de legitimação da ciência, com suas pretensões atemporais, ahistóricas, totalizantes e universalizantes de legitimação da ciência e da ação humana: dialética do espírito

(Hegel), emancipação do sujeito racional ou do trabalhador. Igualmente são colocados em crise conceitos como Razão, e portanto Verdade e Totalidade, bem como dos conceitos de Sujeito, Progresso e Tempo linear. O único consenso entre os pós-modernos é de que não há possibilidade de consenso, não há autoridade final, uma narrativa total e abrangente. Assim, parece não mais haver princípios que possam agir como critérios de valor para coisa alguma. Ao contrário, lidamos com uma nuvem dispersa de elementos narrativos heterogêneos, sempre no campo dos dissensos. Dessa forma, o pós-modernismo privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras do discurso cultural. Valoriza a indeterminação, a fragmentação, o efêmero, o descontínuo, o caótico, sem pretender definir em nenhum momento o que há de eterno, universal e imutável nessa dispersão. Nesse sentido, o pós-modernismo é uma reação ao modernismo, um afastamento dele, não uma sucessão linear à modernidade.

65. **Positivismo / Positivista** - Doutrinas que, por extensão, se ligam as de Auguste Comte, ainda que por vezes se assemelhem a ele de forma muito distante. Tais doutrinas têm por base comum a tese de que só o conhecimento dos fatos é fecundo; que o modelo da certeza é fornecido pelas ciências experimentais; que o espírito humano, tanto na filosofia como na ciência, só pode evitar o verbalismo e o erro na condição de se ater incessantemente ao contato com a experiência e de renunciar a todo e qualquer *a priori*; por fim, que o domínio das “coisas em si” é inacessível, que o pensamento não pode atingir senão relações e leis. Mas diferentemente do empirismo, para o positivismo só existe na natureza a ordem que o ser racional for capaz de dar-lhe. Fonte: André Lalande, Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, São Paulo, Martins Fontes, 1993.

66. **Pragmática / Pragmatismo**- Políbio foi o primeiro a utilizar o adjetivo ao contrapor sua história pragmática, a que se ocupa dos fatos e que é útil para os homens, daquela constituída pelas lendárias genealogias familiares e fundações das cidades. O adjetivo também teve larga utilização na política alemã que via nas sanções pragmáticas decisões meritariamente constitucionais. Entretanto, o termo Pragmatismo, que significa ação ou pertencente à ação, como doutrina filosófica foi introduzido William James referindo-se a uma proposição de Peirce de caráter metodológico que se atém a uma teoria do significado. Existe ainda outra concepção de Pragmatismo, de ordem metafísica, que se refere a uma teoria da verdade e da realidade.

O Pragmatismo metodológico proposto por Peirce parte do princípio de que “a função inteira do é a de produzir hábitos de ação” que são crenças. Portanto torna-se necessário um procedimento científico que fixe as crenças conforme seu alcance sobre a experiência da vida. Para Dewey, concordando com Peirce, “a essência do instrumentalismo pragmático é a de conceber quer o conhecimento, quer a prática como meios de tornar seguros, na existência experimentada, os bens, isto é, as coisas excelentes de qualquer espécie”.

O Pragmatismo metafísico é aquele proferido por Schiller e James que reduz a verdade à utilidade e o espírito à realidade. Essa tese tem em comum com o Pragmatismo Metodológico a instrumentalidade do conhecer. No entanto essa instrumentalidade é entendida de modo completamente diverso pelas duas concepções; O Pragmatismo de James reconhece uma espécie de sentimento na racionalidade, portanto nem todas as doutrinas benéficas ao homem poderão se submeter a uma prova racional, como o queria Peirce, para James é necessário correr o risco de

crer. Schiller e James também têm suas diferenças, enquanto o primeiro sustenta o relativismo do conhecimento humano, tomando por base a máxima pitagórica que diz que “o homem é a medida de todas as coisas”, James ressalta a utilidade da fé e do espiritualismo como benéficos à vida humana (*verbete de autoria de Guilherme Augusto Rezende Lemos*).

67. Racionalidade técnica – chama-se racionalidade a uma forma de pensar e agir guiada por princípios racionais (com o uso da razão). No caso da racionalidade sistêmica, tais princípios são técnicos.

O abuso da técnica como árbitro de questões sociais é um dos temas centrais da crítica marxista ao positivismo. Trata-se de uma das preocupações mais trabalhadas pela Escola de Frankfurt desde o seu surgimento, sendo apresentada por Jurgen Habermas em oposição às racionalidades hermenêutica e emancipatória. Para o autor, o homem usa a razão para se libertar de uma série de dificuldades que podem ser de diferentes ordens, donde a existência de três racionalidades distintas. A racionalidade técnica é usada para o controle do ambiente, permitindo ao homem fazer face às condições físicas adversas: é ela que viabiliza, dentre outras, a construção de abrigos, a criação de vias de locomoção, a produção de armas com as quais se defende de animais. A racionalidade hermenêutica tem a ver com as relações interpessoais e facilita o entendimento entre os homens. A racionalidade emancipatória é aquela capaz de libertar o homem das relações de poder, tornando-o um cidadão emancipado. A partir desse esquema, Jurgen Habermas critica o fato de que, na Modernidade tardia, todos os espaços sociais foram colonizados pela racionalidade técnica. Ou seja, uma racionalidade que é útil ao homem como forma de dominar a natureza, passa a ser utilizada para dominar outros homens e como fonte de poder. Com isso, a racionalidade técnica passa a operar contra a emancipação dos sujeitos.

68. Racionalidade sistêmica - chama-se racionalidade a uma forma de pensar e agir guiada por princípios racionais (com o uso da razão). No caso da racionalidade sistêmica, tais princípios são sistêmicos.

69. Razão – Pode ser entendida como a capacidade de raciocinar discursivamente, combinar conceitos e proposições, mas também como de realizar julgamentos considerados corretos, de discernir o bem do mal, o certo do errado, o adequado do inadequado, o belo, do feio. É considerada como o oposto da loucura, da paixão e da fé, mesmo quando se admite que haja raciocínios lógicos em todos esses âmbitos. De alguma forma, os raciocínios de um louco, de um apaixonado ou de um crente são menosprezados em algum nível, por se afastarem do conhecimento objetivo obtido pela razão. Esse conhecimento objetivo é tratado como decorrente de uma formulação lógica, não da experiência. Pela razão, busca-se o fim do acidental, da controvérsia, sustentando assim certa autoridade. “Sem dúvida, pode dizer-se que todos estes usos da palavra razão se inter-relacionam, exprimindo, talvez, para uma dada época, um determinado setor da civilização, uma maneira comum de pensar a situação do homem perante os acontecimentos da própria história e das coisas de que deseja apropriar-se, pela especulação ou pela ação. É que a razão só se pode definir utilmente num contexto; não é uma noção simples

e imediatamente dada, mas um dos *complexos culturais* mais ricos de sentido como tema de observação e reflexão.” (Granger, Gilles-Gaston. *A Razão*, SP: Martins Fontes, 1985, p. 11)

70. **Reformas neoliberais** (Ver neoliberalismo) - são comumente nomeadas de reformas neoliberais em educação as reformas que, a partir dos anos 1990, buscaram reduzir os custos da educação pública. Particularmente relevantes no cenário mundial foram as reformas inglesas que ficaram conhecidas como “tatcherismo”, em referência a primeira-ministra britânica. Espalhadas pelo mundo em função da crise financeira dos Estados nacionais e trazidas à América Latina por meio de sugestões do Banco Mundial, as reformas neoliberais podem ser definidas pelos seguintes atributos compilados por Stephen Ball da obra de D.S.G. Carter e M.H. O’Neill: “melhorar a economia nacional através de um estreitamento de conexão entre escolarização, emprego, produtividade e comércio; melhorar os resultados escolares em habilidades e competências relacionadas ao emprego; obter um controle mais direto do conteúdo do currículo e sua avaliação; reduzir os custos da educação para o governo; aumentar a contribuição da comunidade para a educação, através de um envolvimento mais direto no processo de decisão escolar e através da pressão da escolha exercida pelo mercado” (Ball, Stephen. *Cidadania global, consumo e política educacional*. In Silva, Luiz Heron (org.) *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998, p.126). No geral, as intervenções mais fortes das reformas educacionais neoliberais se fizeram no controle dos currículos e dos livros didáticos; na formação de professores; e no estabelecimento de sistemas de avaliação centralizados como forma de direcionar tanto a escolha da escola por meio dos pais e quanto a distribuição de recursos.
71. **Relações de produção** - “(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.” (Marx, Karl. Prefácio. *A Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 24).
72. **Reestruturação produtiva** – Trata-se de um conjunto de processos de inovação tecnológica e organizacional da produção no mundo globalizado que favoreceriam e foram favorecidos pela crise de acumulação do capital. A inovação tecnológica é caracterizada, sobretudo, pela introdução da microeletrônica, dos processos de informatização da produção, favorecendo o abandono do taylorismo. Com isso, são constituídas formas de organização de produção just-in-time (primeiro se vende, depois se produz), descentralização da produção, produção horizontal, terceirização.
73. **Relativismo** – doutrina que considera que qualquer conhecimento humano é relativo, ou seja, pode ser compreendido em vários sentidos diferentes. Incluem-se aí todas as teorias que consideram a impossibilidade do conhecimento pleno, pois não conhecemos as coisas em si, mas apenas nossos estados de consciência em relação a essas coisas.

74. **Sistêmico** - refere-se a teoria de sistemas, abordagem surgida na primeira metade do século XX que teve seu auge a partir dos anos 1950. Um sistema é definido como um conjunto orgânico de elementos interrelacionados e o foco está nas relações entre tais elementos. A abordagem sistêmica pode ser, por exemplo, vista na Biologia, em que denominamos sistemas às articulações funcionais de órgãos: sistema nervoso, circulatório etc. No campo das ciências sociais, as abordagens sistêmicas podem ser encontradas na sociologia—a sociedade é entendida como um grande sistema, formado por subsistemas como o cultural, o econômico, o político. A teoria do sistema mais recente dá conta da existência de sistemas fechados e abertos, de modo que o adjetivo sistêmico ampla seus sentidos. Na acepção clássica, os sistemas são entendidos como centrados, estáveis e as conexões que se estabelecem em seu interior ou entre eles e os demais sistemas são mecânicas, do tipo causa e efeito. Qualquer perturbação inserida no sistema pode destruí-lo e, por isso, deve ser imediatamente acomodada. Harmonia e controle estão na base dos sistemas fechados. Essa é, normalmente, a acepção a que se está referindo quando se usa o adjetivo sistêmico. Mas é importante salientar que a teoria de sistemas atual dá conta da existência de sistemas abertos cuja a essência é a transformação. Diferentemente dos sistemas fechados, nos abertos, as perturbações se multiplicam e elas são o motor das mudanças. São relacionados à complexidade e ao caos.
75. **Sócio-construtivista / Sócio-construtivismo** (Ver construtivismo e zona do desenvolvimento proximal)
76. **Sociologia quantitativa** – A sociologia é a ciência que estuda a vida social humana e, como ocorreu com outras ciências sociais, participou, na metade do século passado, de acirrado debate entre perspectivas quantitativas e qualitativas. No campo da sociologia, esse debate se traduziu também com termos como macro e microsociologia. A sociologia quantitativa usa análises estatísticas para determinar padrões sociais nos dados referentes a determinado agrupamento social, de forma a buscar generalizações. Trata-se de uma abordagem que segue uma lógica extensiva, ou seja, visa a conhecer os fenômenos em sua extensão. Até os anos 60, a sociologia quantitativa era claramente hegemônica no campo da educação. A Nova Sociologia da Educação inglesa surgiu em contraposição a essa hegemonia e acabou praticamente eliminando os estudos macrosociológicos da educação.
77. **Suplemento** - é um significante simultaneamente adicionado a outros significantes e em substituição a algum significante, acréscimo de sentido e modificação dos sentidos. Assim como todo significante tem caráter de representação – representa a presença ausente do significado –, toda representação tem caráter de suplemento, na medida em que se refere ao que está ausente ao mesmo tempo em que introduz novos sentidos. Trabalhar com os suplementos significa pressupor que não são presenças plenas, pois a plenitude tornaria os suplementos desnecessários. Se precisamos suplementar, se trabalhamos com representações, é porque estamos sempre buscando preencher uma lacuna na significação. Para Derrida, a escrita é o suplemento do pensamento, pois deve representá-lo. O pensamento necessita da escrita para ser pleno. Mas ao mesmo tempo em que substitui o pensamento, a escrita é capaz de introduzir outros sentidos,

pois os significantes permanecem sendo capazes de flutuar, bem como se inserir em outras formações discursivas. Ver também *différance*.

78. **Taylorismo** - O taylorismo é um modelo administrativo criado por F. Taylor no início do século XX, conhecido como administração científica. A base do taylorismo é a idéia de que a administração precisa ser encarada como ciência de modo a aumentar a eficiência e a eficácia dos processos de produção. Taylor trabalhou a partir da observação minuciosa de rotinas administrativas, realizando também experimentos para definir as variáveis de contexto que tinham influência sobre o aumento da produtividade. A partir dos dados coletados da realidade, Taylor reorganizava os processos administrativos, dividindo-os em tarefas menores, organizando-as e definindo fluxo e tempos adequados a sua realização.
79. **Técnica** – uma técnica é um conjunto de procedimentos que, uma vez executado corretamente, permite obter um resultado esperado. Pode-se falar, entre outras, em técnicas ligadas à arte (técnicas de pintura), ao fazer cotidiano (técnicas de cozinha, tecelagem) e à ciência. Nas ciências sociais e humanas, quando se define uma abordagem como técnica, está-se referindo à ciência: indica que os critérios de decisão seguem regras que se pretendem científicas e, portanto inquestionáveis. Opõe-se uma decisão técnica à política, esta última explicitamente guiada por uma posição que se quer defender ou a um modelo de sociedade que se busca construir. Em geral, diz-se que a tomada de decisões sociais e políticas com base em argumentos técnicos caracteriza as posturas positivistas.
80. **Texto** - Usualmente, tendemos a associar o termo “texto” apenas à expressão escrita. Entretanto, quando falamos, desenhamos, usamos algumas roupas, arrumamos nossa casa, a escola, qualquer espaço físico de uma determinada forma ou ainda quando assumimos determinadas posturas e fazemos determinados gestos, estamos sempre expressando determinados significados. Ou seja, estamos apresentando determinadas mensagens em determinados meios (fala, desenho, roupa, decoração, arquitetura). No contexto pedagógico, podemos expressar mensagens pedagógicas de todas essas formas. Assim o termo texto tem um sentido amplo: qualquer representação pedagógica que pode ser expressa pela fala, pela escrita, visualmente, especialmente, nas posturas assumidas, na maneira de vestir.
81. **Zona de desenvolvimento proximal** – A escola soviética da psicologia genético-cognitiva, também conhecida como sócio-construtivista, tem Vygotsky como um de seus mais destacados integrantes. Para ele, a aprendizagem é compreendida de forma inter-relacionada com o desenvolvimento e a comunicação (linguagem), se confrontando com a visão piagetiana de etapas de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o nível de desenvolvimento alcançado pelo indivíduo é um intervalo amplo e flexível. A concepção de zona do desenvolvimento proximal (ZDP) é o ponto central para o entendimento desse princípio de aprendizagem. A ZDP é a distância entre o *nível de desenvolvimento real* e o *nível de desenvolvimento potencial*. Uma possibilidade de identificar o nível de desenvolvimento real é a partir do que o sujeito é capaz de forma autônoma; o nível de desenvolvimento potencial é uma incógnita, na medida em que é potencial, mas pode ser inferido pelo que o sujeito pode realizar com apoio externo. Ambos os níveis são dinâmicos, estão em processo de mudança constante. A ZDP não é um nível de

desenvolvimento, mas um processo que fornece as possibilidades de identificação do desenvolvimento potencial.

